

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.339 - SP (2019/0358483-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : I A DE M J  
**ADVOGADO** : JAKSON CLAYTON DE ALMEIDA - SP199005  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por I A DE M J contra acórdão proferido pela 16ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2186162-11.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi condenado à pena de 8 (oito) meses e 5 (cinco) dias de detenção, no regime inicial semiaberto, como incurso no artigo 331 do Código Penal.

Inconformada, a defesa apelou, tendo o recurso sido desprovido.

Contra tal decisão, foi impetrado prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustenta o advogado subscritor das razões recursais que o tipo do artigo 331 do Código Penal contrariaria o artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos, razão pela qual deveria ser reconhecida a atipicidade da conduta pela qual o acusado foi condenado.

Requer, liminarmente, a suspensão do processo originário, e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reconhecida a atipicidade da conduta imputada ao recorrente.

É o relatório.

Inferre-se que além deste recurso ordinário constitucional a defesa impetrou o HC n. 544.321/SP, também impugnando o acórdão proferido no julgamento do HC n. 2186162-11.2019.8.26.0000 e buscando o reconhecimento da atipicidade da conduta imputada ao recorrente.

Assim, observa-se que neste inconformismo tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado *writ*, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do reclamo em apreço.

Nesse vértice:

*AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MATÉRIA PREVIAMENTE SUBMETIDA AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO NO ÂMBITO DO RECURSO ORDINÁRIO. LITISPENDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Hipótese na qual o recurso ordinário interposto consiste em mera reiteração de pedido formulado no HC n. 456.792/SP, que teve a liminar indeferida e será oportunamente levado a julgamento.*

*2. Embora o recurso ordinário em habeas corpus consista no*

# Superior Tribunal de Justiça

*meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, habeas corpus substitutivo, o qual primeiramente foi despachado nesta Corte. Desse modo, a tese idêntica não pode ser simultaneamente analisada em impetrações/interposições posteriores.*

3. Embora esta Corte entenda ser, de início, incabível o habeas corpus substitutivo de recurso, em homenagem ao princípio da ampla defesa, é de rigor o exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício. Assim, não haverá qualquer prejuízo ao recorrente em ter as teses ora levantadas analisadas quando do julgamento HC n. 456.792/SP e não do presente recurso ordinário.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 103.808/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “a”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator